

REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA BRASILEIRA

HISTORIOGRAPHIES REFLECTIONS ON THE BRAZILIAN PORTUGUESE LANGUAGE CONSTITUTION

Cinara Teodoro Maia 1

Resumo: O objetivo deste estudo é fazer uma análise historiográfica sobre o léxico da língua portuguesa, mais especificamente analisar os pontos de vista referentes ao tema de constantes debates sobre “falar certo e falar errado” a língua utilizada como padrão no Brasil. Para isto realizou-se uma retrospectiva bibliográfica pela história linguística registrada nos livros e apontamentos publicados, desde o período do descobrimento e colonização, passando pelo advento da independência e posteriores movimentos intelectuais literários como romantismo, entre outros, que trouxeram à baila discussões intensas sobre o assunto abordado. Com base nas perspectivas de diversos autores reconhecidos pela análise linguística, no Brasil assim como em outros países, e após criteriosa compilação, o estudo aponta para uma análise conclusiva sobre o questionamento inicial, ao que espera colaborar para novos estudos e pesquisas.

Palavras-chave: Historiografia. Língua. Linguística. Léxico. Gramatização.

Abstract: The aim of this study is to make a historiographical analysis on the lexicon of the Portuguese language, more specifically to analyze the points of view on constant debates about “speaking right and speaking wrong” the language considered standard in Brazil. Therefore, a bibliographic retrospective has been carried out through the linguistic history recorded in the published books, from the period of discovery and colonization, through the advent of independence and later literary intellectual movements such as romanticism, among others, which has brought up intense discussions on the subject. Based on the perspectives of several authors recognized by linguistic analysis, in Brazil and other countries as well, and after a careful compilation, the study points to a conclusive analysis on the subject, hoping to contribute to new studies and research.

Keywords: Historiography. Language. Linguistics. Lexicon. Grammatization.

Introdução

O tema “falar certo e/ou falar errado” é a questão instigadora desse estudo. A partir desse questionamento há muito debatido entre brasileiros, imigrantes, descendentes de portugueses, cidadãos estrangeiros naturalizados brasileiros, enfim indivíduos sociais da nação brasileira; a presente análise foi inspirada a traçar o percurso da historiografia linguística desde a época da colonização até o momento atual. O objetivo é buscar elementos norteadores ao debate inicial, uma vez que a polêmica faz parte do cotidiano deste País em âmbitos escolares, executivos, comerciais, institucionais, enfim nas diversas dimensões da sociedade em geral. Além disso, o estudo se dá também pela possibilidade de trazer à tona diversos ângulos a serem analisados, o que de fato torna a pesquisa agradável e produtiva.

Para traçar o percurso historiográfico esta pesquisa busca a reflexão sob diferentes pontos de vista, numa análise bibliográfica em autores respeitados e bem conceituados, desde o lançamento dos primeiros compêndios científicos em saberes linguísticos, passando pelo advento do descobrimento do Brasil e movimentos da colonização, até chegar aos estudos contemporâneos.

Durante o desenvolvimento, a análise realiza um contraponto entre as perspectivas de vários estudiosos, tendo em vista uma visão geral sobre o tema, para enfim tecer abordagens conclusivas que, de alguma forma, venham ao encontro dos anseios questionadores apontados inicialmente.

A palavra e a comunicação

Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata. (ANCHIETA, José de. 1975)

Um das necessidades básicas a serem supridas para que se desenvolvam grupos humanos em convívio social é a da comunicação. Relatos históricos testemunham que nosso mais antigo antepassado, o homem de neandertal ou mais conhecido como homem das cavernas, comunicava-se por meio de mímicas e desenhos rupestres. Então, teriam sido os sinais e desenhos rupestres as primeiras técnicas da conversação humana. Nesta fase inicial, o homem também produzia sons que caracterizavam grunhidos, gritos, entre outros diversos estranhos sons.

Com o passar do tempo, a linguagem evoluiu atendendo as necessidades primárias da comunicação cotidianas do povo primitivo. Por meio de ilustrações nas paredes das cavernas, eles demonstravam como pensavam e como era o seu dia a dia. As imagens de rituais sagrados, de animais, dos momentos de caça, dos utensílios criados e usados ficaram marcadas nas paredes da história e hoje servem para nos mostrar como, mesmo sem palavras, a comunicação acontecia.

É importante lembrar que essas possibilidades de comunicação, verbal e não verbal, embora rudimentares, possibilitaram o registro da memória de uma época primitiva totalmente desprovida de tecnologias alternativas, isto é, tudo estava por ser criado, literalmente. Enfim, a escrita, tal como conhecemos, é resultado de um lento processo evolutivo que passou pelos registros de sons (fala), de desenhos rupestres, ideogramas, escritas cuneiformes e hieróglifos.

A escrita surgiu anos após o advento da fala. A história da linguística vem testemunhando a escrita como um sistema secundário no processo da desenvolvimento da linguagem. Os sinais escritos, paulatinamente, substituíram e ou representaram sons vocais expressos inicialmente somente em palavras. Referindo-se ao tema “fala e escrita”, Auroux (1992, p. 22), ressalta que “o que aparece em primeiro lugar são listas de palavras (ou os caracteres para os chineses). Sua utilidade não é muito clara no início; elas tem talvez um papel mnemônico e, no caso dos silabários, serviram provavelmente à aprendizagem da escrita.”

Entre a escrita e o processo de entender o que se escreve, a metalinguística, pode-se

dizer que há um “buraco negro”, um vazio, uma imensidão no tempo. Auroux (1992, p 8) em sua obra “A revolução Tecnológica da Gramatização” esclarece que historiadores, linguistas e filósofos atribuem o aparecimento das ciências da linguagem como causa do nascimento da escrita; porém o autor defende o contrário, que “a escrita é um dos fatores necessários ao aparecimento das ciências da linguagem, as quais remontam à virada do terceiro e segundo milênios, antes da nossa era, entre os acadianos.”

O que consta nos registros históricos é que a força precursora das análises linguísticas, o interesse pelos estudos das tradições linguísticas não teve como objetivo uma revolução gramatical. A metalinguística nasceu da necessidade do povo em compreender a própria língua, necessidade de entender e traduzir as palavras e principalmente textos oficiais e os textos sagrados.

As discussões sobre a escrita avançaram em outros focos, em todas as tradições e nas diferentes épocas. Auroux (1992) esclarece enfim que o interesse inicial era de outra natureza. Sociedades interessavam-se pela adequação do sistema escrito por meio do sistema oral, e após resolverem a questão fundamental de constituir uma representação da linguagem que fosse homogênea, direcionavam-se à elaboração do sua própria escrita.

A formação do léxico brasileiro

A carta de Pero Vaz de Caminha pode ser vista como marco inicial da lexicografia brasileira. Nunes (1996) em sua tese apresentada à UNICAMP, é enfático ao ratificar que a carta de Caminha, “certidão de nascimento” do Brasil, pode ser considerada como inauguradora de um discurso lexicográfico brasileiro.

Talvez por apresentar um texto simples sem apelo a neologismos nem citar termos indígenas, segundo o autor, a carta seja pouco lembrada como marco inicial do léxico brasileiro, mas nela surgem as primeiras operações para a constituição desse léxico. Sua narrativa é expressamente toponímico-descritiva. Criteriosamente Caminha descreve a mais nova conquista ao rei de Portugal. O “Monte Pascoal” surge inaugurando os topônimos brasileiros. A carta tece uma breve descrição da flora e fauna, cuja imagem enunciativa remete a uma natureza espetacular e, ao mesmo tempo, ao desleixo dos habitantes, modo como muitos depois “pintaram” a terra descoberta.

A descoberta da “Terra Brasilis” é apontada pelos historiadores contemporâneos e pós-contemporâneos, tanto como atualização referencial, quanto como irradiadora de um discurso lexicográfico brasileiro, anuncia Nunes (1996).

Aceitando este ponto de origem, estamos admitindo ao mesmo tempo um critério referencial - no sentido de que há um real do Novo Mundo que reclama sentidos – para marcar os inícios da produção lexical no Brasil. Assim, tão logo na Carta começam a aparecer as narrações, descrições e comentários sobre a terra e os habitantes do país, supomos que se inicia um processo que vai ter seu momento legitimador somente no século XIX, quando se reivindica uma língua nacional, com um léxico distinto do português. (NUNES, 1996, p. 46)

Entre os referenciais teóricos do léxico brasileiro, Arthur Neiva (1940) aponta as primeiras manifestações de “brasileirismos”, em Pigafetta, cronista da expedição de Fernão de Magalhães. O autor ressalta que “esse viajante elaborou um vocabulário contendo doze palavras recolhidas no Brasil por volta de 1519, entre as quais se encontram os termos tupi “pindá” (anzol, gancho) e “ui” (farinha).

Destaca-se também, entre os marcos importantes para o léxico brasileiro, o movimento para a implantação das bandeiras, no processo de interiorização da colonização. O movimento foi mais que importante nos primeiros séculos pós-descobrimto, foi decisivo à expansão do idioma tupi, convertendo-o numa língua franca. Partindo do litoral rumo à conquista do sertão,

essas entradas e bandeiras conduziam um verdadeiro exército de homens que falavam a língua geral, nome dado à mistura de línguas que se formava no período inicial da colonização.

As bandeiras quase só falavam o tupi. E se, por toda a parte onde penetravam, estendiam os domínios de Portugal, não lhe propagavam, todavia, a língua, a qual, só mais tarde se introduzia com o progressos da administração, com o comércio e os melhoramentos. (SAMPAIO, 1987, p. 71).

Oliveira (1999, p. 61), reforça a informação de que os bandeirantes iam nomeando, com vocábulos tupi, os acidentes geográficos que descobriam e os povoados que fundavam, juntamente com os topônimos, lembrando que “A incorporação de vocábulos indígenas ao léxico do português do Brasil foi motivada pela necessidade imperiosa de nomear uma realidade até então desconhecida.”

Voltando à carta de Caminha, vale creditar a ela outros benefícios à sociedade brasileira que ora nascia. A carta cumpriu mais que o dever de narrar e descrever a nova terra, o “Novo Mundo”, e muito mais que iniciar o léxico brasileiro, veio desmistificar a percepção imaginária que se tinham das terras abaixo da linha do equador.

Nunes (1996, p. 47), lembra em sua tese que “os antigos consideravam as terras desconhecidas como inóspitas ou povoadas de monstruosidades. As regiões abaixo do equador eram tidas como “zona tórrida”, de terra infértil.” E, nesse contexto constitui-se o léxico, no confronto com o imaginário, sendo por ele determinado e, ao mesmo tempo, opondo-se a ele, conclui o autor.

Num contexto de adaptação entre línguas, a constituição do léxico brasileiro foi sendo construída por meio do contato com o mundo real que se apresentava, como resultado do intenso convívio mais que inevitável, necessário, durante o advento da conquista e colonização. Sobre o assunto, Orlandi, 1990, lembra que os comentários sobre o léxico, que em seguida resultarão em unidades ordenadas tematicamente, produziram-se através de uma descrição do real, sobretudo do real natural.

Inicia-se assim a formação do léxico brasileiro, de uma forma um tanto quanto extraordinária, em razão do intenso fenômeno de formação de palavras novas, por aglutinações e justaposições, resultantes dos primeiros contatos entre as línguas dos então colonizadores e a dos colonizados indígenas.

Fatos curiosos ocorreram nesse início da formação lexical brasileira. Um deles refere-se às declinações da gramática latina que não se encaixaram com facilidade na língua descrita pelos jesuítas. Nesse momento começam-se perceber as propriedades aglutinantes das línguas indígenas.

Assim, sobre esse momento ímpar de formação do léxico, é importante observar, por um lado, os discursos de formação de unidades de língua: língua nacional, língua portuguesa. Língua tupi, entre outras que influenciaram; por outro, as formas de o léxico ser dito, definido, descrito, explicado, traduzido e reformulado.

Sob essa ótica, Nunes (1996, p 48), conclui que mais que pontuar a colaboração dos colonizadores, referentes às nomeações de elementos naturais com termos indígenas, como a principal contribuição lexicográfica do período colonial; é importante considerar, de uma perspectiva discursiva, que a “descrição, definição, avaliação e legitimação, bem como a construção de imagens enunciativas do léxico, importam mais do que apenas a formação de um estoque de palavras, de uma coleção de termos indígenas que ilustrariam uma natureza brasileira.”

Sobre quando os portugueses tiveram que aprender a língua indígena ou “Estratégias de domínio”

Em nome da conquista da “terra brasilis”, ironicamente ou sabiamente, a coroa portuguesa dobrou-se à língua indígena, enviando colaboradores que tivessem aptidão para apren-

der a língua nativa daquele território. Em contrapartida, enviou padres Jesuítas para doutriná-los segundo sua fé cristã, bem como ensinar a nova língua.

Nunes (1996) relata que os primeiros contatos do europeu com a diversidade linguístico-cultural brasileira foram marcados pela necessidade de aprender as línguas faladas neste território, e esta era condição primordial para as práticas expansionistas. Então, portugueses foram enviadas ao Brasil para aprenderem a língua dos índios e servirem de guias nas expedições portuguesas.

O século XIX brasileiro pode ser considerado, com relação aos estudos lexicográficos, sob duas orientações: de um lado, os estudos do português e da língua nacional, de outro lado, os estudos sobre línguas indígenas. (HORTA, NUNES, 1996)

Os jesuítas, ao chegarem na nova terra, passaram a exercer o papel de aprendizes e interpretes da língua dos nativos, e posteriormente de professores da língua portuguesa, conciliando o ensino da língua às práticas de catequese. Ambas, a língua e doutrina religiosa serviam ao objetivo da colonização. E nesse contexto se produziram os primeiros instrumentos linguísticos, em meados do século XVI, a Gramática de Anchieta – Arte da língua mais usada na costa do Brasil (1595), o vocabulário na Língua Brasília e o Dicionário Português-Brasílico (anônimos), relata Nunes, 1996. Com estes instrumentos criaram-se condições para o aparecimento de uma literatura jesuítica baseada no Tupi ‘colonial’.

Nos primeiros séculos da colonização no Brasil, aos poucos vai ocorrendo a aculturação dos nativos por meio da introdução do idioma português concomitante à transferência de saberes e cultura portuguesa, enquanto os jesuítas ensinavam os índios a falar sua língua. Contudo, como ressalta Nunes, 1996, nestes primeiros séculos, a língua portuguesa encontrara em terras brasileiras um forte concorrente, o Tupi, uma língua franca, empregada em grande parte do território brasileiro. Essa língua era indispensável para estabelecer a comunicação com os indígenas.

Horta Nunes lembra ainda que os indígenas eram em maior número, e que não só eram muito numerosos como eram também os que conheciam o país, levando assim vantagem sobre o colonizador português.

Até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na colônia era mais ou menos de três para um, do tupi para o português. Em algumas capitanias como São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pará, onde a catequese mais influiu, o tupi prevaleceu por mais tempo ainda. (...) Mas naqueles tempos, quando o desbravamento dos sertões apenas começava e as expedições para o interior se sucediam (...) o tupi era deveras a língua dominante, a língua da colônia. Chegara até mesmo a ser aprendido pelos negros escravos. (NUNES, 1996, p. 65)

Nessa disputa inicial pelo domínio, mesmo com a desvantagem da predominância populacional, prevaleceu a língua portuguesa. A autora Maria Teresa Biderman (2002) argumenta que o português não se impôs aos nativos de modo violento. “Prevaleceu em razão do seu prestígio e por representar uma civilização mais avançada que a dos nativos indígenas dessa terra”. Prevaleceu, também, porque era a língua falada na escola, na administração e na comunicação com o resto do mundo, pois foram os portugueses a ponte entre o Brasil e o resto da humanidade.

Quantas línguas fala o Brasil?

O Brasil foi anfitrião de diversas línguas e culturas no período colonial. Esse período foi marcado por uma profusão de saberes diversos vindos de vários pontos do mundo. Por moti-

vos e interesses diferentes, europeus e africanos aportaram em terra Brasilis. Cada continente por meio de seus representantes colaborou para a formação dos saberes linguístico desse imenso país, por meio de influência, transferência e troca desses saberes. Pontua Biderman (2002, p. 69) que “tanto o índio como o negro aprenderam o português por necessidade, mas deixaram marcas profundas na língua falada no Brasil.”

Guimarães (2005, p 24), relata que “com o início efetivo da colonização portuguesa em 1532, a língua portuguesa começa a ser transportada para o Brasil. Aqui ela entra em relação, num novo espaço-tempo, com povos que falavam outras línguas, as línguas indígenas, e acaba por tornar-se, nessa nova geografia, a língua oficial e nacional do Brasil.” O autor lembra que o primeiro momento desse tempo começa com o início da colonização e vai até a saída dos holandeses do Brasil, em 1654. Nesse etapa da história o português comunica-se com as línguas indígenas, com as línguas gerais e com o holandês.

O contato entre línguas produziu no Brasil “línguas de contato”, relata Guimarães (2005, p 24), eram as chamadas línguas gerais, as línguas tupi faladas pela maioria da população, utilizadas entre índios de diferentes tribos, entre esses e portugueses e seus descendentes, assim como entre portugueses em geral. A língua geral era assim uma língua franca¹. O português, como língua oficial, era empregado em documentos oficiais e utilizado por aqueles que estavam ligados à administração da colônia.

José H. ortaNunes (1996, p. 33) ratifica informando que “houve a influência do português em línguas indígenas, e vice-versa”. Dada a configuração dessa retroalimentação pode-se considerar que houve intensa troca de saberes entre línguas. O autor ressalta ainda que os primeiros vocabulários apresentam enunciados em língua indígena (LI) com termos em português, e aponta também dicionários, considerados de língua geral, como o Dicionário Português e Brasileiro – DPB, que contêm expressões híbridas. Segundo o autor.

As propostas de unidades imaginárias de língua - língua brasílica, português de Portugal, português do Brasil, tupi antigo, língua brasileira - aceitam mais ou menos formas híbridas em seu interior e concebem diferentes maneiras de agenciá-las. Houve, em cenas casos, uma contenção dos equívocos que as formas híbridas proporcionavam. (Nunes, 1996, p. 33)

Porém a história lexicográfica brasileira aponta para um desvio de caminho. Os primeiros escritos lexicográficos contemplando vocábulos portugueses em terras brasileiras foram elaborados e ideologicamente direcionados no sentido de subtrair ao máximo a influência indígena. O objetivo era preservar a unidade da língua portuguesa, e, acima de tudo, preservar e fomentar o poder via domínio da língua, naquele contexto histórico, como ratifica Nunes (1996, p. 33):

A preparação de alguns dicionários contou com a substituição e o corte de termos, tais como a supressão de termos portugueses em expressões mistas no momento da publicação do DPB. Um gesto de “censura” que vai em direção à divisão estrita, purista, entre o português e as línguas indígenas e línguas gerais.

Na efusão criativa do momento histórico vivido pelo encontro de povos em terras indígenas, posteriormente brasileiras, sob colônia portuguesa, ocorria um fenômeno pouco antes presenciado e, tampouco relatado na história da humanidade; uma convergência cultural e linguística intensa para o mesmo ponto. A formação lexicográfica brasileira não conta com nada de simplório e trivial, ao contrário, como citam autores aqui analisados, uma “constelação lexical” que se por um lado enriqueceu o “falar” brasileiro, por outro tornou altamente complexa a intenção de unificar a “língua Portuguesa”.

Os primeiros trabalhos sobre a diferença entre o português de Portugal e o português brasileiro (PB) observaram que a variedade nacional se distinguia da língua da antiga metrópole pela incorporação de termos de origem indígena e africana, decorrente do contato dos falantes de línguas diversas e da necessidade de denominar realidades novas encontradas na América.” (PETTER, Margarida, 2002, p. 142)

Esclarece Nunes (1996, p. 18) que “um aspecto que caracteriza a formação do objeto lexicográfico de então é que, no interior dessa própria unidade estabelecida, ressaltam focos de heterogeneidade”. O autor afirma que as obras dos missionários mostraram que a “língua da costa” não correspondia a uma língua puramente indígena. Significa que frequentemente eram representados nos vocabulários pontos de hibridez, em alguns momentos da língua indígena para o português (elementos lexicais de LI inseridos em LP); em outros do português para a língua indígena (elementos lexicais de LP inseridos em LI).

Assim, esse processo de homogeneização de línguas e culturas, e conseqüentemente de povos, ocorreu naturalmente. Aos poucos a mistura acontecia. Muitos negros foram trazidos ao Brasil nos primeiros séculos da colonização. Trouxeram consigo sua língua, provavelmente já falavam um dialeto crioulo-português, pois, como afirma Silva Neto (1976, p. 38). Segundo o autor “o português foi língua franca nas costas africanas nos séculos XV, XVI e XVII. Não há documentos, porém, desse linguajar dos negros nos primeiros séculos”. Horta Nunes (1996), por sua vez, relembra que na nascente sociedade brasileira, os negros tiveram convivência mais íntima com os brancos no interior da “casa grande”, e as crianças brancas cresciam brincando junto com as negras. Esse é um dos fatores que contribuiu para o surgimento de uma sociedade híbrida no Brasil.

Na segunda metade do século XIX, inicia-se a gramatização brasileira da língua portuguesa. Até o final dos anos 30 do século XX, esta produção é marcada pela caracterização de uma diferença entre o português brasileiro e o europeu. Neste movimento, a categoria dos *brasileirismos* se sobressai como um lugar de especificidade lingüística brasileira: na lexicografia. (ELIAS, S.O, 2002, P.83)

Nesse período são publicados os registros dos primeiros dicionários lexicográficos de singularidades do português brasileiro. Como discorre Petter, (2002), nessas obras, a maioria dos vocábulos específicos ao Brasil são de origem indígena, ou correspondem a termos e vocábulos com usos diferentes dos de Portugal, que caracterizando marcas de uma língua nacional brasileira. O objetivo expresso dos autores de respectivas obras era trabalhar em sintonia com o momento histórico, com o objetivo de construir uma individualidade brasileira. As palavras novas passam a constituir os *brasileirismos* – termo que denominou as inovações lingüísticas do português brasileiro, desde o dicionário de Moraes e Silva, de 1789, persistindo até hoje como uma classificação para verbetes nos dicionários de língua, esclarece a autora.

Também nesse contexto, diz Petter (2002), surgem as palavras de origem africana como uma subcategoria dos *brasileirismos*, concorrendo em situação desfavorável com os termos de origem tupi (indígena), em razão da inferioridade numérica dos africanismos registrados. Isso ocorre também em razão do foco do interesse dos estudiosos que, nesse momento, estavam mais preocupados, em valorizar o elemento indígena, símbolo da nacionalidade, provedor de sentidos e nomes diferentes para aprender.

Confirmado esses relatos históricos, Honório (2002) ressalta que houve um fenômeno sociolingüístico consecutivo aos contatos de línguas, referindo-se à troca bilateral entre as línguas em presença. A autor explica que um exemplo do fenômeno de troca bilateral é aquela entre locutores de origem africana que trouxeram termos de línguas africanas, e ao mesmo tempo apropriaram-se de uma terminologia portuguesa.

Embora fossem os africanismos considerados ‘termos estrangeiros’ do ponto de vista do português europeu, constituíam, na perspectiva brasileira, ao lado dos indigenismos, os *brasileirismos*, contribuindo com sua parcela de originalidade para a defesa do argumento da autonomia do português do Brasil, assim discorre Petter (2002).

A saída dos holandeses, marca outro momento importante, muda o quadro de relações entre línguas no Brasil na medida em que o português não tem mais a concorrência de uma outra língua de Estado (o holandês). A relação passa a ser, fundamentalmente, entre o português, as línguas indígenas, especialmente as línguas gerais, e as línguas africanas dos escravos.

Esse período caracteriza-se por ser aquele em que Portugal, dando andamento mais específico ao processo de colonização, toma também medidas diretas e indiretas que levam ao declínio das línguas gerais. A população do Brasil, que era predominantemente de índios, passa a receber um número crescente de portugueses assim como de negros que vinham para o Brasil como escravos.

Passam a conviver no Brasil, num mesmo espaço e tempo, além das línguas indígenas, divisões do português que, em Portugal, conviviam como dialetos de regiões diferentes, Petter (2002) segue relatando. Nesse período, a história conta ainda que fatos importantes ocorreram objetivando tornar o português a língua mais falada do Brasil; o primeiro deles é a ação direta do império português no sentido de impedir o uso da língua geral nas escolas; a outra ação é o estabelecimento do Diretório dos Índios (1757), por iniciativa do Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, que proibia o uso da língua geral na colônia. Assim, os índios não poderiam mais usar nenhuma outra língua que não a portuguesa. Essa ação, junto com enorme crescimento da população portuguesa no Brasil, teve um efeito específico que ajudou a levar ao declínio definitivo da língua geral no país. O português que já era a língua oficial do Estado passa a ser a língua mais falada no Brasil, conclui Petter (2002).

Brasil - como eleger uma língua padrão em meio a tantos falares?

Muitos autores considerados ultranacionalistas como Machado de Assis e Monteiro Lobato foram mentores do movimento ufanista que reivindicou autonomia para a língua nacional brasileira, no período considerado romântico que se estendeu até o final do século XIX, e que por motivos diversos não lograram êxito. Durante quase três séculos iniciais, no período do Brasil colônia, prevaleceram os estudos sobre língua indígena. Isso de fato era um tema de máxima importância para posterior reivindicação de uma língua nacional, distinta do português de Portugal, pois um dos principais argumentos para a legitimação desta reivindicação é justamente a presença de elementos lexicais oriundos do contato com línguas indígenas, assim como com línguas africanas.

Ocorre que, diferente do Português de Portugal, cuja origem e influências procedem da língua latina, o português brasileiro recebeu também influências e troca de saberes linguísticos das línguas indígenas e africanas, de forma intensa, assim como dos holandeses que por aqui estavam na ocasião da colonização portuguesa.

Supõe-se que o Brasil seja um país monolíngue, onde só se fala o português, ponto de vista que se fixou no discurso nacionalista oficial. Estariam excluídas então as línguas indígenas e as línguas de imigrantes. Bem, é certo que a formação das línguas nacionais estabelecem inevitavelmente um processo homogeneizante em um espaço sócio-linguístico. (NUNES, J.H., p 42)

Como ressalta Nunes (2002), “é necessário considerar a filiação indígena e a influência do “banto” africano na versão brasileira do português. É importante observar com cuidado a passagem da lexicografia bilíngue à monolíngue, no Brasil”. A explicação de que haveria ape-

nas uma inserção de elementos lexicais da língua indígena (LI) em língua portuguesa (LP), é superficial, segundo o autor, que defende a importância dos discursos sobre o léxico e os processos de gramatização.”

Rodrigues (1993) ratifica esse pensamento ao citar a existência de aproximadamente 1.175 línguas indígenas no momento do descobrimento, e que, por esta razão, o caminho trilhado entre esse início tão divergente e multilíngue e um Brasil monolíngue foi longo, exaustivo e complexo. O autor cita ainda que as primeiras descrições lexicais não podem ser configuradas como unidade de língua, são descrições que trabalham na diferença, trabalham no momento real. Rodrigues (1993), lembra ainda que “o primeiro passo homogeneizante foi o de gramatizar uma das línguas indígenas existentes, falada por muitos habitantes da costa. O tupi, utilizado como língua de contato, foi a primeira língua então descrita.”

Nessa mistura de línguas e saberes culturais, e linguísticos, deu-se início ao léxico brasileiro. Registra-se aí um nascedouro de palavras novas, brotando sob várias interferências, e oriundas das possibilidades de formação linguística como aglutinações e justaposições de termos, sobreposição dos itens lexicais, uma acumulação das variantes linguísticas abrangendo a diferenciação nas formas ortográficas); Registram-se também amontoamento de nomeações para os elementos naturais (para a mesma referência, diferentes palavras); entre diversas outras dificuldades.

Nesse momento histórico, houve uma produção dupla e paralela do falar e escrever “português’. Assim esclarece Nunes (1992, p. 56).

A produção monolíngüe brasileira se bifurcará em dois ramos. O primeiro, confundindo-se com a tradição portuguesa, inclui os dicionários de língua portuguesa, desde o Moraes e Silva (1789). O segundo engloba os dicionários de brasileirismos, que desde o século XIX servem de “complemento” aos dicionários do português.

Nunes, 1992, relata que entre os muitos viajantes estiveram no Brasil no século XVI e deixaram seus relatos, citam-se: portugueses, alemães, franceses. Mais tarde, no século XVII, também holandeses. Assim, conseqüentemente, os termos indígenas descritos variam muito quanto à ortografia. O autor, ressalta ainda que a língua indígena, de tradição oral, é transcrita conforme o saber fonético espontâneo dos falantes: “portanto, a formação inicial de um corpo lexicográfico está marcada pela variação na escrita, pela dispersão das unidades lexicais e pelo contato multilíngüe.”, finaliza.

Língua portuguesa ou língua brasileira. Entre a língua padrão e como fala o povo

Sobre a língua que se fala, a necessidade de nomeá-la é impreterível aos sujeitos de uma nação, porque a questão da língua que se fala toca os sujeitos em sua autonomia, em sua identidade, em sua autodenominação, e, mais que isso, determina seu lugar social. Como conceituou Saussure (1967, p 17), em “O Curso de Linguística Geral”: “A língua é um produto social da faculdade da linguagem, um conjunto de convenções adotadas pelo corpo social, para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”.

Resta uma questão importante, ela diz respeito à língua portuguesa que emergiu dessa multiplicidade cultural e linguística do Brasil colônia. Essa língua lançou as estruturas para o que conhece hoje como português brasileiro.

Esta é uma questão que se coloca desde os princípios da colonização no Brasil, mas que adquire uma força e um sentido especiais ao longo do século XIX. Orlandi (2002), pontua que “durante todo o tempo, naquele período, o imaginário da língua oscilou entre a autonomia e o legado de Portugal.”

Românticos brasileiros, durante esse período, encabeçaram o movimento em favor da

autonomia da língua. Um entre os grandes defensores dessa causa, Monteiro Lobato, em 1922, publicara um artigo sobre “O dicionário brasileiro” em que debatia a autonomia do português brasileiro, relata Horta Nunes, 1992. Tudo isso ocorreu quando celebrava-se o centenário da independência do Brasil, fato que para Pinto, 1981, consolidaria a proclamação. Contudo, Lobato reconhece que, em matéria de dicionários, os brasileiros dependiam totalmente de Portugal, razão por que defendia a urgência de produzir um dicionário sobre o português brasileiro que o autor, então, já chamava de “língua brasileira”.

Além de Monteiro Lobato, outros autores do movimento romântico como Gonçalves Dias e José de Alencar juntaram-se de um lado ao Visconde de Pedra Branca, Varnhagen, Paranhos da Silva, e alinhavam-se entre os que defendiam a autonomia da língua. De outro, os gramáticos e eruditos consideravam que só podíamos falar uma língua, a língua portuguesa, sendo o resto apenas “brasileirismos”, “tupinismos”, ao lado da língua “verdadeira”, como relata Orlandi (2002, p. 29). A autora segue afirmando que “temos assim, em termos de uma língua imaginária, uma língua padrão, apagando, silenciando o que era mais nosso e que não seguia os padrões: nossa língua brasileira”.

Houve, como é imprescindível ao bom debate, aqueles que defendiam a norma padrão à qual deveriam seguir os brasileiros. Esse grupo representado por José Veríssimo, menos exaltado que os demais, enunciava o conceito de uma norma culta, padrão para a fala e para a língua escrita:

Nada obsta, porém, que haja um tipo, padrão geral da boa linguagem portuguesa, obrigatório para todos os que se prezam de cultos, e principalmente obrigatório para aqueles que escrevem”, pois, “que devemos escrever como falamos cultos é uma regra que ninguém desconhece. (PINTO, 1978 p. XLIII).

Embora no início do século XIX muito se tenha debatido sobre a língua brasileira, como a Constituição não foi votada, mas outorgada por D. Pedro, em 1823, relatam B. S. Mariani e T. C. de Souza em *Organon 21, Questões de Lusofonia*; decidiu-se que a língua que falam os brasileiros é a língua portuguesa. E, corroborando esse pensamento, Orlandi (2002, p.29) ressalta que “os efeitos desse jogo político, que nos acompanha desde a aurora do Brasil, nos faz oscilar sempre entre uma língua outorgada, legado de Portugal, intocável, e uma língua nossa, que falamos em nosso dia-a-dia, a língua brasileira”. Assim, a autora segue distinguindo duas versões dessa mesma língua, a língua fluida (o brasileiro) e a língua imaginária (o português), cuja tensão não para de produzir os seus efeitos.

Nesse período, estrategicamente, a língua brasileira foi denominada língua nacional, nem português, nem brasileiro. A história conta que isso ocorreu em 1827, após a aprovação de lei que estabeleceu que os professores deveriam ensinar a gramática da língua nacional. Dias (1996) conclui que:

Na perspectiva daqueles que se posicionaram contrários aos projetos de mudança do nome da língua falada no Brasil, o nome língua brasileira é percebido como algo que viria desestabilizar um eixo social que tem nos percursos da escrita, sob os auspícios da língua portuguesa, o seu suporte, a sua referência, e, na perspectiva daqueles que defendem os projetos de mudança do nome de nosso idioma, língua brasileira tem a sua referência constituída a partir de uma imagem romântica do país, imagem fundada no positivismo e no ufanismo que, ao longo da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX marcaram nossa história.

Atendendo a constituição de 1946, o governo nomeou comissão de professores, escritores e jornalistas para opinarem sobre a denominação do idioma nacional. Sem a intenção de aprofundamento nas análises e porquês do parecer final do grupo mencionado acima, esse estudo optou tão somente por citar parte dos argumentos conclusivos que o documento defende, cujo conteúdo contempla a abordagem que ora aqui trazemos. A equipe de pensadores da Língua Nacional concluiu então, segundo Guimarães (2005, p. 39) que: “os estudos linguísticos mostram que a língua nacional é a Língua Portuguesa com pequenas diferenças (pronúncia brasileira, pequenas divergências silábicas, vocabulário enriquecido por palavras indígenas e africanas”.

Os argumentos, ainda segundo relato de Guimarães (2005), informam que as descrições da língua do Brasil é a mesma de Portugal com pequenas variações, esclarecendo que os instrumentos de gramatização (dicionários, gramáticas, descrições) tomam a língua como a mesma, portanto ela é a mesma. O autor ressalta nesse ponto que para a gramatização esses instrumentos são constitutivos da língua.

Enfim, buscando encerrar a polêmica sobre a língua Brasileira, Portuguesa ou Nacional, Orlandi (2002) informa que a comissão encarregada pelo governo brasileiro, em atendimento ao estabelecido pela Constituição de 1946, decide que o nome da língua falada no Brasil é língua portuguesa

O jeito brasileiro de falar o português Sobre falar certo ou falar errado

Este debate não deixa de importunar, e há sempre alguma razão, um pretexto, ou alguém que o levanta em momentos diferentes da história. Orlandi (2002, p. 29)) esclarece quer até hoje brasileiros não decidiram se falam o português ou brasileiro. Segundo a autora, “embora a cultura escolar se queira, muitas vezes, esclarecedora em sua racionalidade e moderna em sua abertura, acaba sempre se curvando à legitimidade da língua portuguesa que herdamos e, segundo dizem, adaptamos às nossas conveniências”. A autora pontua ainda que língua portuguesa permanece em sua forma dominante inalterada, intocada. E ainda sobre a língua portuguesa, conclui que:

Quem não a fala, ainda que esteja no Brasil, que seja brasileiro, erra, é um mal falante, um marginal da língua. É, pois, impressionante como a ideologia da língua pura, a verdadeira, faz manter o imaginário da língua portuguesa. (ORLANDI, 2002, p. 29)

A discussão vai além do questionamento sempre presente e atual sobre qual língua falam os brasileiros. Ainda hoje muito causa incômodo e variados debates o tema sobre o distanciamento que tomou a língua que se fala, da norma padrão no Brasil, sobre falar e escrever “certo” e “errado”. Muitas são as vertentes dos pensamentos que abordam o tema, enveredando pela linha do variacionismo linguístico e da dialetologia, tão bem explicados pela sociolinguística e historiografia linguística.

A sociolinguística, segundo Guimarães (2005), parte da premissa de que a língua é variável. Variação essa determinada pelas diferenças sociais entre os diversos grupos sociais (idade, sexo, condições econômicas e outros), assim como pelo fator regional. Por sua vez, a linguística histórica considera que a língua muda no tempo, diacrônica e sincronicamente, em convívio com outras línguas. Guimarães (2005, p. 19) faz uma abordagem interessante também sobre o papel do sujeito que faz uso da língua, informando que “o falante não é um indivíduo que escolhe sua língua. Os falantes são caracterizados histórico-socialmente pelo modo como são tomados pelas línguas e suas divisões, e que nesta medida se distinguem linguisticamente.”

Muito do que se considera “certo” e “errado” no uso da língua pode ser compreendido

quando percebemos uma certa organização da língua em espaços de enunciação, nos quais grupos de falantes são socialmente distribuídos, partindo da premissa abordada por Guimarães (2005, p. 10) de que “falantes não dominam a língua, ao contrário são dominados por ela.”

Entre os espaços de enunciação encontram-se diversas subdivisões, ressaltando a afirmativa de Guimarães (2005, p. 11), de que a língua não é una, mas, sim, apresenta aspectos múltiplos que conduzem à desigualdade em seu uso. Entre as subdivisões da língua o autor cita a língua materna, que apresenta-se com a primeira língua dos seus falantes; a língua franca, usada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes; a língua nacional, a língua oficial de um povo, que dá aos seus falantes uma relação de pertencimento; e enfim, a língua oficial de Estado, utilizada em ações, normas e documentos oficiais

Ainda sobre os espaços de enunciação, Guimarães (2005) segue esclarecendo, sobre o tema “falar certo e falar errado, que a língua nacional usa de instrumentos como gramáticas e dicionários, os quais juntamente com a mídia, trabalham incessantemente a divisão entre o correto e o errado.

Concluindo essa análise, presume-se que os espaços de enunciação, acima mencionados, esclarecem, por assim dizer, aquilo que se considera, muitas vezes, equivocadamente como “erro” no uso da língua, uma vez que as divisões e subdivisões são hierarquizadas e a sobreposição desses espaços geram a falsa percepção de erro. O senso comum toma o registro formal da língua como a própria língua, como ratifica Guimarães (2005, p 21):

O registro formal passa a ser normativamente considerado a *língua*, e as demais divisões da língua são significadas como “erradas” (ou seja, como “fora da língua”). Assim se constitui socialmente a *id* (o imaginário) do que é o *certo* e uma hierarquia de gravidade maior ou menor do *erro*. O registro formal é significado como correto e passa a ser tomado como a norma reguladora da língua, passa a ser ele mesmo a língua.

Os espaços enunciativos, são de vital importância para a compreensão dos falares da língua. Não considerar esses espaços, o lugar de onde o outro fala, numa relação dialógica, leva ao engano de considerá-lo (o outro) um “mal falante” da sua própria língua. Há que se considerar as discrepâncias e desigualdades produzidas pela divisão social da língua e do resultado desastroso resultante da sobreposição dessas divisões.

Considerações finais

Retomando a questão instigadora sobre “qual língua fala o brasileiro”, este estudo encontra suporte em Orlandi (2005, p. 25), quando a autora lembra que “como estamos no Brasil, há um deslocamento que força contornos enunciativos diferenciados. Essa diferença se torna cada vez mais uma diferença de línguas.” Assim, o português transportado, segundo a autora, acaba por estabelecer seu próprio espaço de enunciação, porém com outra relação entre a palavra e o que está define (coisa/objeto). A autora fala que a análise produz um espaço de interpretação com deslizamentos e efeitos metafóricos que historicizam a língua.

J. Authier (1987) apud Orlandi (2005, p. 30) estabelece “o conceito de heterogeneidade enunciativa para descrever o fato de linguagem que consiste em que todo dizer tem necessariamente em si a presença do outro”. A autora cita exemplos de vários países que falam “a mesma língua”, esclarecendo que “Estamos diante de línguas que são consideradas as mesmas – as que se falam na América Latina e na Europa – porém que se marcam por se historicizarem de maneiras totalmente distintas em suas relações com a história de formação dos países. É o caso do português do Brasil e o de Portugal. Falamos a “mesma” língua, mas falamos diferente.”

Consideramos, pois, a heterogeneidade lingüística no sentido de que joga em nossa língua um fundo falso em que

o “mesmo” abriga, no entanto, um “outro”, um diferente histórico que o constitui ainda que na aparência do, mesmo”: o português brasileiro e o português português se recobrem como se fossem a mesma língua mas não são. Produzem discursos distintos, significam diferentemente. (ORLANDI, 2005, p.30)

Essas línguas, o português lusitano e o português brasileiro, filiam-se a discursividades distintas. Cabe aqui também uma abordagem polissêmica da língua advinda da dialética entre homogeneidade e heterogeneidade, resultante da história da colonização.

Há uma marca de distinção entre as línguas de Portugal e do Brasil, marcada pela história e pelo simbolismo que ambas carregam na composição de sentidos. Esse simbolismo é o que de fato causa a duplicidade, a heterogeneidade, a polissemia no próprio exercício da língua. Orlandi (2005, p 30), conclui enfaticamente:” o português e o brasileiro não têm o mesmo sentido. São línguas materialmente diferentes.”

Esse estudo conclui que o infindável debate sobre a língua portuguesa no Brasil indica que esta já não é tão portuguesa assim, uma vez que já a tomamos por brasileira, embora nossa carta magna bem como as convenções gramaticais formais insistam em afirmar o contrário. Tal afirmativa parte da percepção conclusiva de que já imprimimos nossa personalidade, nossos sinais identitários em referida língua, como relatado ao longo desse texto.

Trata-se aqui de uma língua rica, opulenta e majestosa, justamente pelos vieses da história que a conduziu. Parafraseando Saussure (1916), “a língua é uma convenção social adotada pelos indivíduos, que permite o exercício dessa faculdade”, assim ela promove a formação dos grupos e comunidades sociais, bem como os define. O importante é que a língua cumpra seu papel de comunicar, que a mensagem faça sentido aos interlocutores, como destaca Whitney (1867, p. 22 apud Marra e Milani, 2013),” o fato que lhe dá unidade é que todos os que a falam podem, em grande medida, e em assuntos de interesse mais geral e urgente, falar de modo a compreenderem um ao outro.”

Referências

ANCHIETA José de (1975), **Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões** 155-1-159-1, Editora da Universidade de São Paulo/Itatiaia Belo Horizonte.

AUROUX Sylvain (1992), **A Revolução Tecnológica da Gramatização**, Editora da Unicamp, Campinas.

CAMARGO, Biderman Maria Tereza. **O Português Brasileiro e o Português Europeu: Identidade e contrastes**. In: *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 79, fasc. 3, 2001. *Langues et littératures modernes - Moderne taal- en letterkunde*. pp. 963-975.

CAMINHA Pêro Vaz de. (1968), **A carta de Pêro Vaz de Caminha**. Comissão Executiva do V centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, Lisboa

RODRIGUES Aryon Dall'Igna. (1993), **“Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas”**, D.E.L.T.A. Vol9, n. 1, pp. 83-103.

GUIMARÃES, Eduardo (2005), **Multilingüismo, divisões da língua e ensino no Brasil** – Coleção REVER – Cefiel/IEL/Unicamp. Produção Editorial A+ Comunicação. 2005-2010.

_____. **“Terra de Vera Cruz, Brasil”**, Cultura Vozes, n. 4, julho-agosto. 1992.

ORLANDI, Eni P. **A Língua Brasileira**, Ciência e Cultura On-line version ISSN 2317-6660. Cienc.

Cult. vol.57 no.2 São Paulo Apr./June 2005.

NUNES, José Horta e PETTER, Margarida. Orgs. **História do Saber Lexical**, São Paulo: Humanitas / FFLCH/ USP: Pontes, 2002.

NUNES, José Horta, N922 d, **Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil. Dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários**. Campinas, SP · 1996.

MARRA, Daniel; MILANI, Sebastião Elias. **O cerrado é uma floresta de cabeça para baixo: análise semântica da unidade lexical “cerrado”**. Revista de Letras Norte@mentos, v. 9, n. 20, 2016.

SILVA, Neto (S), **Introdução ao Estudo de Língua Portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro/MEC, 1976.

Sampaio T. **O tupi na geografia nacional**. 5. a ed. corrigida e aumentada. São Paulo: Ed. Nacional; 1987.

SAUSSURE, F. [1916]. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

Recebido em 29 de agosto de 2019.
Aceito em 20 de fevereiro de 2020.